

Pedro Doria E-mail: coluna@pedrodoria.com.br; Twitter: @pedrodoria

O que vale nas eleições?

á uma ambiguidade prodato ao governo de São Paulo posital nas regras criadas pelo Tribunal Supe-rior Eleitoral (TSE) para uso de inteligência artificial nas eleições municipais deste ano. Por um lado, deepfakes são terminantemente proibidos. Por outro, uso de IA generativa é permitido, desde que esteja registrado que aquela imagem, aquele texto, foram produzidos usando a tecnologia. Para o observador habitua-

do com o debate sobre o digital, a regra parece incoerente. Afinal, qual é a diferença? Deepfakes são vídeos modificados utilizando inteligência artificial para substituir um rosto. Candi-

em 2018, João Doria foi vítima de um. Seu rosto foi posto no corpo de um ator que compartilhava a cama de um motel com três mulheres. Este tipo de falsificação pode fazer parecer que alguém falou algo, esteve numa determinada situação. Constrói uma mentira crível. É como se o TSE estivesse dizendo que pode usar IA, mas que não pode. Toda IA cria, afinal, uma situação que jamais existiu. Ao criar a distinção entre IA e deepfakes no texto, a Corte põe ali algo que é ambíguo.

Tudo indica que a OpenAI, empresa responsável pelo ChatGPT, vai botar no ar sua

ferramenta de vídeos ainda este semestre. O que só complica.

Mas por trás da aparente ambiguidade o tribunal está mandando uma mensagem para to-

O que o TSE está dizendo é: pode usar IA, sim, o que não pode é usar IA para enganar o eleitor

das campanhas. Pode usar inteligência artificial, sim. O que não pode é usar para enganar o eleitor, para falsear a história. Criar um vídeo mostrando como uma obra vai ficar, gerar uma imagem ou um texto que ajudem na compreensão de um projeto, isso pode. Basta infor-mar que uma IA foi utilizada na produção daquele material. Agora, botar numa reunião quem nunca esteve ou tirar o adversário de hoje da foto de quando eramaliados, isso não pode. Haverá uma zona cinzenta, por certo. E este vai ser o trabalho da Corte durante as eleições.

A pena para quem for considerado culpado de gerar um deepfake é a cassação da candidatura ou, caso eleito, do mandato. Usos originais e perfeitamente legítimos vão ser coibidos só pelo medo da rigidez do TSE.

O ideal seria que o Congres-

so tivesse criado estas regras. O debate é mais transparente do que no Judiciário, há mais chance de quem é do ramo, na sociedade, intervir. Mas, enquanto os parlamentares se queixam de ingerência dos tribunais, eles próprios não se mexem. Não legislam. E os problemas não deixam de aparecer porque deputados e senadores são incapazes de chegar a algum acordo sobre o que devem votar ou não.

A IA está aí e vai avançar muito até a campanha começar. Se o TSE não agisse, cada juiz eleitoral, em cada canto do Brasil, ja ter de reagir sozinho. O caos. •

Inteligência artificial Google

CEO diz que erros do chatbot Gemini são inaceitáveis

O Google enfrentou muitas críticas após o seu chatbot de inteligência artificial (IA), o Gemini, gerar imagens e textos historicamente e racialmente imprecisos. Nesta semana, o CEO da companhia, Sundar Pichai, emitiu comunicado

interno no qual chama as respostas de "inaceitáveis". Segundo o site The Verge, que teve acesso ao documento, Pi-

DE INFORMAÇÃO.

chai diz que as respostas do chatbot "ofenderam nossos usuários e mostraram viés", considerando essa conduta 'completamente inaceitável".

Após a repercussão do caso, o Google interrompeu a capacidade do Gemini de gerar imagens.

Entre os problemas identificados estavam representações racialmente diversas de soldados alemães da era nazista, fundadores dos EUA não brancos e até mesmo imprecisões na representação das raças dos próprios cofundadores do Google.

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEHÍÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001





